



GT 024. Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos

Elisete Schwade (UFRN) - Coordenador/a, Fátima Weiss de Jesus (UFAM/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/PPGAS) - Coordenador/a

Esse GT tem como objetivo discutir gênero e sexualidade em práticas educativas, a partir de intervenções e pesquisas antropológicas realizadas nos últimos anos, no marco das políticas que fazem referência a diversidade, de acordo com as possibilidades previstas na Constituição de 1988 que, em 2018, completa 30 anos. Buscamos um balanço das diferentes situações em que as reflexões sobre gênero e sexualidade são acionadas em contextos educativos, também em perspectivas que incorporem outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, classe, gênero. Desse modo será possível perceber avanços e retrocessos, permanências e transformações, tendo em vista conflitos e dinâmicas próprias associadas às políticas de educação e suas repercussões em contextos particulares. Serão aceitos trabalhos realizados com o enfoque metodológico e analítico da antropologia, com ênfase na etnografia, realizados em escolas, na formação de professores, cursos de aperfeiçoamento e especialização, cursos vinculados a movimentos sociais e organizações coletivas, entre outros.

O corpo na escola: como pensar a relação entre educação e sexualidade no Brasil

Autoria: Beatriz Yolanda Pontes de Gusmão Sá

Este work levanta questionamentos sobre a presença dos valores sociais na maneira de comportar o corpo, dando ênfase para a sexualidade. Assim, explora como nós aprendemos técnicas de regulamentação corporal desde crianças, colocando o corpo como elemento social. Desta forma, aponta-se a aceitação e a discriminação presente na sociedade com as pessoas que possuem orientações sexuais diferentes da normativa, que é a heterossexual. Nesse contexto, a escola aparece como importante agente de socialização. É observado o universo escolar a partir das leis e das dificuldades que essas leis educacionais têm de serem postas em prática, devido ao reconhecimento da diversidade sexual expressa nelas. As objeções na legislação educacional ocorrem a partir do posicionamento de uma normatização conservadora por parte dos atores políticos profissionais, como o projeto Escola Sem Partido. A intenção é refletir sobre a necessidade de pensar e fazer a escola atuar como uma ferramenta de transformação para que haja mais respeito social com os diferentes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, mas com exemplos reais retirados de pesquisa empírica e, também da realidade social do país.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

